



PARECER PRÉVIO Nº 12/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11687/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Itamarati
- 4- **Exercício:** 2018
- 5- **Responsável:** Antonio Maia da Silva (Prefeito Municipal)
- 6- **Advogado:** Antonio das Chagas Ferreira Batista - OAB/AM 4177
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1031/2020-DMP, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Itamarati. Exercício de 2018.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, a proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, que acolheu, em sessão, o voto-destaque do Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 10.1. **Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação** das contas do Sr. Antonio Maia da Silva na Prefeitura Municipal de Itamarati, no exercício de 2018, com base nos arts. 219, incisos I e II, e 223 §3º, do Regimento Interno desta Corte, c/c art. 58, alínea “b” da Lei nº 2.423/96 e art. 31 §2º da CF/88;

- 11- **Ata:** 12ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- **Data da Sessão:** 13 de Maio de 2020
- 13- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.
- 13.1. **Auditor presente e Relator:** Mário José de Moraes Costa Filho.
- 14- **Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.



ACÓRDÃO Nº 12/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 12/2020 – TCE – Tribunal Pleno)

- 1- **Processo TCE - AM nº 11687/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Itamarati
- 4- **Exercício:** 2018
- 5- **Responsável:** Antonio Maia da Silva (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Antonio das Chagas Ferreira Batista - OAB/AM 4177
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1031/2020-DMP, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Itamarati. Exercício de 2018.

Irregularidade. Multa. Recomendação.
Determinação. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, que acolheu, em sessão, o voto-destaque do Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas do Sr. Antonio Maia da Silva, responsável pela Prefeitura Municipal de Itamarati, no curso do exercício de 2018, com fulcro nos arts. 19, inciso II, c/c art. 22, inciso III, alínea “b” Lei nº 2.423/96; e art. 188, § 1º, III, alínea “b”, da Resolução nº 4/2002-TCE/AM;
- 10.2. **Aplicar Multa** ao Sr. Antonio Maia da Silva, no valor de **R\$ 15.000,00**, em razão das impropriedades “c”, “d” e “f” do ponto II do Relatório-Voto, em observância ao art. 308, inciso VI do RI-TCE/AM, c/c art. 54, inciso VI da Lei nº 2.423/96, a qual deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não



ACÓRDÃO Nº 12/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 12/2020 – TCE – Tribunal Pleno)

adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

10.3. Recomendar à Prefeitura Municipal de Itamarati que:

10.3.1. Passe a observar com maior atenção a legislação orientadora da elaboração e execução do orçamento público e demais instrumentos de planejamento, sobretudo a Lei nº 4.320/64 e Lei Complementar nº 101/2000;

10.3.2. Observe com maior cautela os critérios necessários à realização de Dispensa de Licitação, a fim de que as ausências aqui narradas não voltem a ocorrer;

10.3.3. Atualize os relatórios de consumo de combustíveis, com eficiente controle de entrada e saída, com planilhas, registro de aquisições, registro nominal dos solicitantes e suas necessidades devidamente explicitadas, assim como a quilometragem inicial e final, a fim de conceder total transparência ao uso do mesmo;

10.3.4. Adote as providências necessárias à realização de concurso público a fim de preencher a necessidade de profissionais de ensino no município de Itamarati.

10.3.5. Na ocasião das próximas inspeções, apresente a totalidade dos documentos requisitados, a fim de que as impropriedades detectadas pela DICOP não voltem a ocorrer.

10.4. Determinar à próxima Comissão que realizará inspeção in loco no município de Itamarati que apure a regularidade do funcionamento da Unidade Básica de Saúde Fluvial João Campelo Monteiro;

10.5. Determinar à Prefeitura Municipal de Itamarati para que adote as providências necessárias à elaboração dos registros patrimoniais, nos termos dos artigos 94 a 96 da Lei nº 4.320/1964;

10.6. Dar ciência ao Sr. Antonio Maia da Silva, bem como a seu patrono, sobre o deslinde deste feito.

11- Ata: 12ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 13 de Maio de 2020

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

13.1. Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

Publicado no Diário Eletrônico do
TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Pág. 5

ACÓRDÃO Nº 12/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 12/2020 – TCE – Tribunal Pleno)

14- Representante do Ministério Público: Dra. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral